



# 11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,  
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

---

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

## Formação antirracista no curso de Serviço Social da UnB: diretrizes e disputas

Brendha de Souza Dantas<sup>1</sup>

Raí Vieira Soares<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo se propõe a analisar a formação profissional em Serviço Social na Universidade de Brasília, com foco na incorporação da perspectiva antirracista no currículo, à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e do projeto ético-político da profissão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e observação participante, orientada pelo método materialista histórico-dialético. Os resultados evidenciam que, embora haja reconhecimento da importância da questão étnico-racial, sua inserção na formação ainda ocorre de forma fragmentada e periférica, indicando a necessidade de transversalização da temática racial como dimensão estruturante da formação profissional.

**Palavras-chave:** formação antirracista; formação profissional; serviço social.

## Anti-racist education in the Social Work program at the University of Brasília (UnB): guidelines and disputes

**Abstract:** This article analyzes professional education in Social Work at the University of Brasília, focusing on the incorporation of an anti-racist perspective into the curriculum, in light of the Curriculum Guidelines of the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work and the profession's ethical-political project. This is a qualitative study based on bibliographic review, document analysis, and participant observation, guided by the historical-dialectical materialist method. The findings show that, although the importance of the ethnic-racial issue is acknowledged, its incorporation into professional education still occurs in a fragmented and peripheral manner, indicating the need for the effective mainstreaming of the racial issue as a structuring dimension of professional education.

**Keywords:** anti-racist education; professional education; social work.

### 1. Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa de conclusão de curso e tem como objeto de análise a formação profissional em Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB), a partir de uma perspectiva antirracista, tomando como referência as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e do Ministério da Educação (MEC). Além disso, considera os fundamentos do projeto ético-político da profissão, os Projetos Pedagógicos do Curso de Serviço Social da

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em Política Social na Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Email: [brendha.sdantas@gmail.com](mailto:brendha.sdantas@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Política Social. Professor no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Email: [rai.soares@unb.br](mailto:rai.soares@unb.br)

Universidade de Brasília, bem como os subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social e as produções do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Parte-se do entendimento de que a formação profissional em Serviço Social se constitui como um espaço estratégico de produção e reprodução de saberes, valores e práticas, estando atravessada por disputas teóricas, políticas e epistemológicas que expressam projetos societários em disputa.

Nesse contexto, busca-se compreender de que forma a proposta de uma formação antirracista se insere, ou é tensionada, no âmbito da universidade, considerando as disputas em torno dos conteúdos, métodos e sentidos atribuídos à formação acadêmica e profissional em Serviço Social. Tal problemática adquire centralidade na medida em que o racismo, enquanto elemento estruturante da sociabilidade brasileira, atravessa as instituições de ensino superior e interpela os processos formativos, exigindo respostas éticas, políticas e pedagógicas comprometidas com a superação das desigualdades raciais.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e observação participante, orientada pelo método materialista histórico-dialético, que possibilita apreender a formação profissional em sua totalidade e historicidade, considerando suas múltiplas determinações e mediações. A análise documental incidiu sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), os programas das disciplinas ofertadas nos semestres de 2024.2 e 2025.1, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos entre 2020 e 2025, os registros de reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e os grupos de pesquisa vinculados ao curso. A observação participante, por sua vez, possibilitou apreender dimensões cotidianas e institucionais do processo formativo, ampliando a compreensão sobre as disputas e desafios da incorporação da perspectiva antirracista no currículo. Assim, este artigo busca contribuir para o debate sobre a formação antirracista em Serviço Social, evidenciando os limites, desafios e possibilidades da inserção da questão étnico-racial na formação profissional no curso de Serviço Social da UnB.

## **2. A formação profissional em Serviço Social: entre diretrizes curriculares e compromissos antirracistas**

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, formuladas em 1996, consolidam a compreensão do Serviço Social como profissão inserida na dinâmica das relações de produção e reprodução da vida social, tendo como centralidade a intervenção nas expressões da “questão social”. Essa concepção constitui fundamento essencial da profissão, ao situar sua atuação no interior das contradições da sociabilidade capitalista, mediada por determinações sócio-históricas e por fundamentos teórico-metodológicos que estruturam o processo de trabalho profissional.

As transformações societárias decorrentes do avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva incidiram diretamente sobre o exercício profissional e os processos formativos, condicionando a formação em Serviço Social às dinâmicas estruturais e conjunturais da realidade social. Essas mudanças intensificaram desafios históricos da profissão e reforçaram a necessidade de uma formação capaz de apreender criticamente as múltiplas determinações da realidade.

Nesse sentido, compreende-se que o Serviço Social está intrinsecamente vinculado à realidade concreta e às suas determinações históricas, políticas, econômicas e sociais. As Diretrizes Curriculares, portanto, expressam uma correlação de forças em disputa, tanto no interior da categoria profissional quanto na sociedade de classes em que se inserem. Sua formulação, aprovada pela ABEPSS em 1996, resultou de um amplo e coletivo processo de construção em âmbito nacional, constituindo um importante avanço na consolidação de uma formação crítica, comprometida com os princípios do projeto ético-político profissional.

Entretanto, a normatização federal estabelecida pelo Ministério da Educação (Brasil) em 2001, ao regulamentar as diretrizes para os cursos de Serviço Social, promoveu alterações significativas no documento original, implicando cortes e perdas substantivas em seu conteúdo (ELPÍDIO, 2020). Tais supressões, inseridas em um contexto de mercantilização da educação superior, produzem impactos diretos sobre a concepção de uma formação antirracista, na medida em que os reducionismos conceituais e a retirada de conteúdos comprometem a apreensão da complexidade das relações raciais no Brasil.

Embora os eixos formativos tenham sido, em linhas gerais, preservados, o texto regulamentado pelo MEC não atribui centralidade às relações raciais como elemento estruturante da formação profissional. Isso amplia as margens interpretativas e reforça a autonomia das instituições na definição dos conteúdos e da organização curricular, especialmente no setor privado, o que pode resultar no esvaziamento de conteúdos fundamentais para uma formação crítica e antirracista.

Nesse sentido, o processo de alteração no perfil socioeconômico e racial das(os) estudantes que acessam o ensino superior, especialmente nas Instituições Federais, impulsionado pelas políticas de ação afirmativa, produziu novos tensionamentos nos espaços acadêmicos. Em resposta a esse cenário e às lacunas persistentes na formação profissional, foi criado, em dezembro de 2010, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades*. Quatorze anos após a consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, organizava-se, assim, um espaço coletivo de articulação política e acadêmica voltado ao fortalecimento e à visibilidade dos debates sobre gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no Serviço Social.

Nessa direção, o GTP enfatiza a urgência da transversalização da temática étnico-racial nos currículos de graduação e pós-graduação em Serviço Social. Apesar do amparo legal, a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta obstáculos, seja pela resistência institucional e pela correlação de forças, seja pela ausência de políticas formativas estruturadas. Tal lacuna compromete a qualidade da formação e o compromisso da categoria com o enfrentamento das expressões do racismo.

Diante disso, o relatório propõe um conjunto de ações político-pedagógicas, entre elas: a inclusão obrigatória de disciplinas específicas sobre relações étnico-raciais nos cursos de Serviço Social; o mapeamento de núcleos de pesquisa dedicados ao tema; a produção de materiais formativos, como vídeos e publicações; a realização de eventos acadêmicos voltados à temática; e o levantamento de produções acadêmicas, como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), que abordem a questão racial no campo do Serviço Social. Apesar desses avanços, o documento reconhece que a produção acadêmica sobre raça/etnia ainda é incipiente, sobretudo quando comparada à produção sobre gênero. Dados das edições 27 e 28 da revista *Temporalis* evidenciam essa

desproporção e reforçam a necessidade de investimentos teóricos, metodológicos e institucionais mais consistentes para ampliar a produção científica sobre a temática (GTP/ABEPSS, 2015).

Em continuidade a esse movimento, em 2018, na gestão *Quem é de luta resiste*, a ABEPSS publicou o documento *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*. A iniciativa teve como objetivo qualificar o debate sobre as relações étnico-raciais na formação e no exercício profissional, oferecendo orientações e referenciais teórico-metodológicos para promover a inclusão sistemática e o fortalecimento da temática racial nos processos de ensino, pesquisa e extensão, tanto na graduação quanto na pós-graduação (ABEPSS, 2018).

O documento representa mais um esforço teórico-metodológico de ampliação desse debate no interior da categoria, buscando fomentar ações de formação continuada para docentes e discentes. Entre seus principais objetivos estão: evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate étnico-racial na formação em Serviço Social na perspectiva da totalidade; subsidiar conteúdos programáticos para a implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação, bem como linhas de pesquisa e disciplinas na pós-graduação; direcionar atividades de educação permanente articulando trabalho e formação; e estimular a criação de grupos de pesquisa e produção de conhecimento na formação graduada e pós-graduada (ABEPSS, 2018).

A criação do GTP e a elaboração desses subsídios constituem marcos importantes na incorporação mais consistente do debate étnico-racial na formação e no exercício profissional do Serviço Social. Esses esforços emergem em um contexto de intensas transformações sociais e educacionais, marcado pelos desdobramentos da implementação da Lei de Cotas, pela mercantilização do ensino superior e pela expansão acelerada e desregulada do Ensino a Distância (EAD). Ainda que este trabalho não se detenha na análise aprofundada da precarização do ensino superior, essa conjuntura é fundamental para compreender os avanços e limites das iniciativas da ABEPSS no fortalecimento de uma formação crítica e comprometida com a questão étnico-racial.

Cabe destacar que, no mesmo período de publicação dos *Subsídios*, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou a campanha de gestão do triênio 2017-2020, intitulada *Assistente Social no combate ao racismo*, reforçando a centralidade da temática étnico-racial e a consonância política entre as principais entidades representativas da

categoria. Contudo, é importante reconhecer que, durante muito tempo, as discussões sobre exploração/opressão de raça, gênero e etnia foram secundarizadas no interior do Serviço Social, frequentemente subordinadas a leituras exclusivamente classistas, que desconsideravam a complexidade das determinações sociais.

Entretanto, as transformações no perfil da categoria, a atuação da ABEPSS e do Conjunto CFESS-CRESS, bem como a presença cada vez mais significativa de estudantes negras/os nas universidades, impulsionada pelas políticas de ação afirmativa, colocam novos desafios à formação profissional. É nesse contexto que se insere a análise do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), buscando compreender em que medida as diretrizes de uma formação antirracista têm sido incorporadas na estrutura curricular, nas práticas pedagógicas e na produção acadêmica do curso.

### **3. A formação em Serviço Social na UnB: o debate étnico-racial em questão.**

Partindo da compreensão do currículo como expressão de disputas históricas, sociais e políticas, torna-se necessário situar o curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) em sua trajetória institucional. Compreender seu percurso desde a criação permite analisar como se configuram, ao longo do tempo, as tensões e os impactos de reformas universitárias, como o REUNI, na estrutura curricular e nas diretrizes político-pedagógicas. Essa contextualização é fundamental para apreender em que medida a perspectiva antirracista vem sendo incorporada, ou tensionada, nos processos formativos.

O curso de graduação em Serviço Social da UnB completou 54 anos em 2025, embora sua origem remonte à criação da primeira Faculdade de Serviço Social de Brasília (FSS), vinculada à Igreja Católica e mantida pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, reconhecida oficialmente pelo Ministério da Educação por meio do Decreto nº 58.953, de 1º de agosto de 1966. Isso demonstra que o ensino de Serviço Social no Distrito Federal surgiu praticamente junto à fundação de Brasília, respondendo às demandas sociais decorrentes do intenso processo migratório impulsionado pela construção da nova capital federal (UnB, 2011 apud Potyara, 2005).

A graduação permaneceu vinculada à FSS até 1971, quando a instituição foi desativada e seus estudantes transferidos para a UnB. Até 1998, o curso permaneceu como o único responsável pela formação de assistentes sociais no Distrito Federal, mantendo esse papel por quase trinta anos (UnB, 2011 apud Potyara, 2005). Atualmente,

conforme o Projeto Político-Pedagógico (PPP) vigente, o curso é ofertado em nível de bacharelado, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas (ICH), na área de Ciências Humanas. A oferta no turno diurno ocorre desde 1971, enquanto o turno noturno foi implementado em 2010, no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007.

O curso possui duração de quatro anos e carga horária total de 3.000 horas. No noturno, embora a carga horária seja a mesma, sua distribuição se estende por quatro anos e meio. A matriz curricular está organizada em 2.100 horas de disciplinas obrigatórias (140 créditos, correspondentes a 70% da carga horária) e 900 horas de disciplinas optativas (60 créditos, equivalentes a 30%), sendo possível integralizar até 24 créditos por meio do Módulo Livre. Além disso, as/os discentes podem cumprir 90 horas de atividades complementares, equivalentes a seis créditos. O regime acadêmico é semestral e estruturado por créditos, com oferta de 40 vagas por semestre em cada turno, totalizando até 160 ingressos anuais.

Conforme expresso no próprio PPP, o documento vigente é resultado do processo de revisão curricular conduzido entre 2007 e 2009, reformulando o currículo em vigor desde 2000. Um dos aspectos que chama atenção na análise do fluxo curricular é a posição atribuída à disciplina *Gênero, Raça/Etnia e Política Social*, prevista como optativa no 8º semestre, isto é, ao final do curso e após o cumprimento do estágio obrigatório. Tal posicionamento merece ser problematizado quando contrastado com a centralidade da questão racial na formação social brasileira.

Enquanto disciplinas pertencentes aos núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social e Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, como Sociologia, Economia Política, Filosofia, Antropologia, Questão Social e Serviço Social e FHTM, são ofertadas desde os primeiros semestres e possuem caráter obrigatório, a dimensão racial, também estruturante da realidade brasileira, aparece marginalizada no currículo. Essas disciplinas concentram-se majoritariamente até o 5º semestre, justamente por fornecerem os subsídios fundamentais à apreensão crítica da realidade social e à compreensão do ser social em sua totalidade histórica, no interior do desenvolvimento da sociedade burguesa, marcada pela exploração/opressão, divisão social do trabalho, propriedade privada e classes sociais.

Essa opção curricular privilegia uma narrativa eurocêntrica, em que a racialização das relações sociais é frequentemente tratada como tema complementar, e não como dimensão fundamental à compreensão crítica da questão social no Brasil. Tal escolha contraria os princípios de uma formação comprometida com a apreensão crítica da realidade. O fato de estudantes concluírem o estágio supervisionado — espaço privilegiado de intervenção e análise da realidade — sem uma base teórica consistente sobre as dinâmicas raciais do país evidencia uma lacuna formativa significativa.

Compreendida a importância da incorporação crítica e transversal do debate racial na formação profissional, realizou-se a análise das ementas presentes no PPP e dos programas das disciplinas ofertadas nos semestres 2024.2 e 2025.1. Os resultados revelam uma inserção parcial, pontual e periférica da temática racial na formação em Serviço Social.

Observa-se que apenas algumas disciplinas incorporam conteúdos relacionados à raça, racismo e relações étnico-raciais, geralmente por meio de aulas específicas e não como eixo transversal estruturante do currículo. A análise abrangeu disciplinas dos diferentes núcleos de fundamentação, o que permitiu identificar tendências mais amplas no tratamento da questão racial. Mesmo em disciplinas voltadas à fundamentação da profissão e à apreensão crítica da realidade brasileira, a temática aparece de forma restrita e frequentemente dissociada das mediações estruturais que a vinculam à totalidade da questão social.

No semestre 2024.2, das 12 disciplinas analisadas, apenas quatro apresentaram aporte teórico relacionado à questão racial na bibliografia obrigatória: *FHTM III, Infância, Adolescência e Cidadania, Seguridade Social II – Saúde e Política Social*. Ainda assim, a quantidade de textos é reduzida, geralmente um ou dois. Na bibliografia complementar, essa presença é ainda mais escassa. Além disso, as discussões sobre raça costumam ser alocadas ao final do conteúdo programático ou de forma isolada, evidenciando sua marginalização no processo formativo.

No semestre 2025.1, observa-se a continuidade desse padrão, com pequenas variações. A disciplina *FHTM III* apresenta maior consistência ao abordar o racismo já na unidade inicial, com bibliografia obrigatória e complementar sobre o tema. A disciplina *Questão Social* também demonstra maior comprometimento, ao incluir a questão racial em sua segunda unidade. Entretanto, disciplinas como *Economia Política*



*e Capitalismo, Introdução ao Serviço Social e Planejamento, Administração e Gestão Social* não apresentam qualquer menção à temática racial, seja em bibliografias ou metodologias de ensino.

Chama atenção a ausência de articulação sistemática entre raça, classe e gênero na maioria das disciplinas, bem como a tendência de delegar o debate racial à iniciativa discente, por meio de seminários ou trabalhos finais. Essa fragmentação compromete a compreensão crítica da questão racial como dimensão constitutiva da questão social e evidencia a necessidade de revisão estrutural das diretrizes curriculares e das práticas pedagógicas. Em síntese, apesar de avanços pontuais, o debate racial ainda ocupa lugar secundário na formação em Serviço Social na UnB.

A partir dessa análise, torna-se necessário investigar outros espaços formativos, considerando a centralidade da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional. Nesse sentido, foram analisados grupos de pesquisa, projetos de extensão e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), compreendendo que tais produções expressam os referenciais teórico-metodológicos mobilizados ao longo da graduação.

No caso dos TCCs, a análise considerou produções do período de 2020 a 2025, a partir do diretório de produção discente da UnB, utilizando palavras-chave relacionadas à temática racial. Foram encontrados 193 trabalhos, dos quais apenas 20 (10,36%) apresentavam em seus títulos marcadores diretamente relacionados à questão racial. Esse dado indica que o debate racial ainda ocupa lugar marginal na produção do conhecimento discente, embora não descarte a possibilidade de abordagens indiretas em outros trabalhos.

Quanto aos grupos de pesquisa, foram adotados os mesmos critérios de análise, considerando os marcadores raciais presentes em suas denominações. A partir das informações disponíveis no site do SER/UnB e no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, identificaram-se 16 grupos vinculados ao departamento, dos quais apenas um explicita em seu nome a centralidade do debate racial: o RAJ – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Raça, Juventude e Violência, criado em 2020. Embora outros grupos possam abordar a temática, a ausência de marcadores raciais na maioria das denominações evidencia sua baixa visibilidade na agenda institucional de pesquisa.

No campo da extensão universitária, foram identificadas 100 iniciativas promovidas pelo SER/UnB entre 2020 e 2025, segundo dados da plataforma SIGAA. A análise revela que grande parte dessas ações ocorreu nos limites físicos da universidade, predominantemente em formato de palestras e sem interlocução direta com territórios e comunidades, o que limita o potencial dialógico da extensão. Dessas ações, apenas três foram diretamente vinculadas à temática racial, além de duas oficinas regionais promovidas pela ABEPSS em 2023 sobre formação antirracista.

Por fim, no esforço de compreender como a questão racial vem sendo debatida no âmbito institucional, analisaram-se as memórias das reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), espaço estratégico para apreender dimensões cotidianas do processo formativo que nem sempre se expressam nos documentos oficiais. A análise das reuniões de 2024 e 2025 evidencia que o debate racial passou a integrar as pautas do NDE a partir das reivindicações do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), impulsionadas pelo Centro Acadêmico de Serviço Social (CASESO), em novembro de 2024, no contexto do mês da Consciência Negra.

Foi nesse momento que emergiu a demanda pela inclusão de uma disciplina obrigatória sobre a temática racial no currículo. Embora se reconheça a possibilidade de discussões anteriores, os limites metodológicos desta pesquisa restringiram a análise ao período delimitado. Ainda assim, os PPPs em vigor já evidenciam a pouca centralidade historicamente atribuída à temática étnico-racial.

A participação nas reuniões do NDE permitiu identificar um consenso entre docentes quanto à necessidade de tratar a questão racial de forma transversal. Contudo, permanece o questionamento sobre em que medida essa transversalidade tem sido efetivamente incorporada às práticas pedagógicas e às diretrizes curriculares, ou se corre o risco de se reduzir a um enunciado retórico, desvinculado de ações concretas. Tal questionamento se reforça diante do fato de que, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, a transversalidade da questão racial ainda não se concretiza de forma efetiva nos programas analisados, aparecendo de forma fragmentada e desvinculada das demais dimensões da realidade social, o que esvazia sua complexidade e sua centralidade na formação sócio-histórica brasileira.

#### 4. Considerações finais

Em síntese, a pesquisa analisou como o curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tem incorporado a perspectiva de formação antirracista. Os resultados evidenciam que, embora exista consenso discursivo sobre a importância da abordagem transversal da questão étnico-racial, sua efetivação no currículo e nas práticas pedagógicas ainda é limitada.

A temática racial aparece de forma fragmentada, pontual e periférica, sem articulação consistente com as dimensões estruturais da “questão social”. A disciplina *Gênero, Raça/Etnia e Política Social*, por ser optativa e ofertada ao final do curso, expressa essa marginalização e reforça a ausência de centralidade do debate racial na formação profissional. Além disso, a escassez de bibliografia específica e a localização do tema em momentos finais de algumas disciplinas demonstram que a questão racial ainda não se constitui como eixo estruturante do projeto pedagógico.

A pesquisa indica a necessidade de revisão crítica do currículo, com a transversalização efetiva da temática racial em todas as dimensões da formação; ensino, pesquisa, extensão e gestão, reconhecendo o racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira e da própria questão social.

A pesquisa também evidencia a importância de ampliar investigações futuras sobre a articulação entre graduação e pós-graduação, o incentivo à produção acadêmica sobre relações raciais e o fortalecimento das ações de extensão como espaços estratégicos de formação antirracista.

Por fim, destaca-se o papel fundamental do movimento estudantil como agente de tensionamento institucional e de reivindicação por um currículo comprometido com a luta antirracista, a democratização do ensino e a valorização de saberes historicamente marginalizados.

#### Referências

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social**. Brasília, DF: ABEPSS, 1996.

ABEPSS. **Relatório Final do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. ABEPSS, 2015.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social.** 2018.

ELPIDIO, Maria Helena. **Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional.** Revista Katálisis, v. 23, p. 519-527, 2020.

ELPIDIO, Maria Helena; DA SILVA VALDO, João Paulo. **O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional.** Libertas, v. 22, n. 2, p. 316-333, 2022.

GOODSON, Ivor F. **A construção social do currículo.** 1997.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Departamento de Serviço Social. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social.** Brasília, DF: UnB, 2011.